

INDUSTRIALIZAÇÃO E TRABALHO NA PERIFERIA: NOVAS/VELHAS RELAÇÕES

VITOR WAGNER NETO DE OLIVEIRA*

Introdução

Até que ponto a *iniciativa privada* é, puramente, um investimento privado? Esta é uma questão que se coloca em primeiro plano quando analisamos mais de perto o processo de industrialização brasileira, nos diversos períodos e, especialmente, a partir da década de 1940 quando se tem, mais claramente, a disputa entre modelos de desenvolvimento para o país.

Conforme o entendimento clássico de Octávio Ianni (1988) no Brasil independente, especialmente a partir do final do século XIX – e ao menos até o momento em que o autor escreve (década de 1960, na vigência do regime civil-militar) – esteve em disputa quatro modelos de desenvolvimento econômico: o agro-exportador, o substituição de importações, o internacionalista (ou de associação ampla), e o socialista. O que contrapõe esses modelos entre si é a maior ou a menor regulamentação do Estado na economia e a maior ou a menor presença do capital internacional no desenvolvimento dos setores da economia. Nenhum desses modelos questiona a junção de interesses do Estado e do empresariado, como se fosse ponto pacífico o papel do primeiro como órgão de apoio e mesmo de executor dos projetos do segundo. Mesmo ao projeto dos socialistas alvejados por Octávio Ianni – os teóricos e militantes ligados à seção da III Internacional Comunista no Brasil, o PCB, anterior ao golpe de 1964 –, o Estado deveria ser o agente promotor do desenvolvimento industrial, para a modernização do país, o que possibilitaria abrir o caminho para a revolução burguesa, condição primária para a revolução socialista.

Passado quase meio século do golpe civil-militar de 1964 – marco da vitória do projeto internacionalista em detrimento das alternativas nacionalistas e socialistas, tanto econômica quanto política – e percorrido cerca de três décadas do retorno do liberalismo econômico exacerbado, o papel do Estado como subsidiário da iniciativa

* Prof. Adjunto da UFMS, Campus de Três Lagoas. Resultado de pesquisa financiada pelo CNPq, Edital 06/2008, Jovens Pesquisadores.

privada continua central para garantir a implantação de indústrias e outros projetos econômicos privados. Mesmo os propalados neoliberalismo e globalização da economia que, no limite e aos defensores do capital, significaria o fim do Estado nacional, tiveram que se mesclar e aliar o capital à força do Estado. As fronteiras econômicas, políticas e culturais continuam garantindo uma maior ou menor pressão do capital para uma maior subjugação do Estado. A última crise do capitalismo global, iniciada em 2008 e ainda em curso, demonstra a permanência da promiscuidade entre Estado e capital, nas mais diversas nações, sejam essas de governos de frente-popular, como no Brasil e em parte da América Latina, sejam as de governo claramente liberal como nos Estados Unidos e grande parte da Europa.

Essa relação, entre Estado e capital, todavia, não se apresenta totalmente igual e a principal diferença do processo atual, quando comparado a momentos anteriores, é a rápida incorporação de novas tecnologias, especialmente de comunicação e gestão, no processo produtivo em países periféricos. De periferia do sistema de produção de mercadorias, o que lhes destinava a função de produtores primários na divisão internacional do trabalho, os chamados *países em desenvolvimento* se vêm aceitos como parceiros importantes – mas não iguais – na produção industrial. Isso tem aumentado a importância econômica dos países periféricos, levando, inclusive, alguns governos a pleitearem espaços decisórios em organismos internacionais, como é o caso do Brasil em relação à ONU.

Partimos do pressuposto que essa aparência é enganosa. Vivemos, ainda, em uma divisão internacional do trabalho guiada pela divisão entre centro e periferia e que destina ao segundo bloco uma ação de coadjuvante: ativo, mas coadjuvante. A ação de um país periférico no jogo do capitalismo internacional será mais ou menos eficaz, quanto mais atrair investimentos externos. Para tanto, a política de desenvolvimento econômico desses países deve estar voltada para essa atração, e as armas privilegiadas desses países são a reserva de mão de obra barata, a desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador, a ausência de obstáculos legais e as facilidades fiscais.

As cidades de industrialização recente, localizadas no interior do Brasil, em regiões sem tradição industrial como Norte, Nordeste e Centro Oeste, apresentam empiricamente os problemas desse processo de submissão do Estado ao capital. A

migração de plantas industriais¹ para cidades pequenas e de porte médio, de certa forma reproduz, internamente, o movimento de capital industrial internacional do centro para a periferia.² Os atrativos para esse movimento de capital entre regiões brasileiras são, também, os mesmos que movimentam muitos investimentos industriais em nível internacional: mão de obra barata, ausência de tradição sindical na indústria, desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador, ausência de obstáculos legais (especialmente ambientais) e facilidades fiscais. Essa dinâmica será abordada aqui em dois tópicos, como se segue.

Globalização do capital, periferia e relações de trabalho

O movimento de mercadorias e de capital não é recente na história. Um marco importante da interação de regiões por meio da circulação econômica se deu com as grandes navegações do século XV e XVI que incorporaram à órbita do mercado continentes até então distantes, como a África e as Américas. Se há alguma linha de continuidade na história do capitalismo, é a sua tendência à incorporação de tudo ao âmbito da mercadoria. Disso não se conclui que a história se repete ou que não haja mudanças no movimento da história desse longo tempo.

Para um período mais recente (século XX), François Chesnais (1996:14) distingui ao menos três fases de acumulação do capital, compreendidas como “momentos em que numerosos fatores desembocam num novo conjunto de relações internacionais e internas, que ‘formam um sistema’ e que modelam a vida social, não apenas no plano econômico, mas em todas as suas dimensões”. A primeira fase, conforme o autor, seria de 1880 a 1913, identificada com o imperialismo e o liberalismo. A segunda fase teria seu início após a Segunda Grande Guerra, na década de 1940, terminando em 1974-1979, período “nascido das relações políticas (nacionais

¹ Sobre a realocação industrial ver (ANTUNES, 2004:18).

² Em que pese a adoção deste conceito por Wilson Cano, na década de 1970, para a realidade nacional, com a identificação de São Paulo como centro e o restante do país como periferia, o autor destaca um problema desta formulação (centro-periferia), originária da Cepal, ao ser aplicada na “dimensão regional de uma nação”: “a concepção ‘centro-periferia’ só é válida quando aplicada ao relacionamento entre Estados-nações, e não entre regiões de uma mesma nação, em que a diferenciação de fronteiras internas não pode ser formalizada por medidas de política cambial, tarifária e outras, salvo as relacionadas às políticas de incentivos regionais” (CANO: 2007, p.21).

e internacionais) e das instituições (sindicatos fortes, Estado social)”, denominado de “fordista”.

Se no sistema de manufatura, apesar da subordinação do trabalho ao capital, existia a possibilidade da destreza do trabalhador em vista da subsunção do operário ao capitalista ser apenas formal, a partir do início do século XX e ao menos até 1970,³ na indústria de base fundamentalmente taylorista e fordista, o trabalho torna-se apêndice da máquina-ferramenta, desaparecendo a destreza manual e sobressaindo o ritmo ditado pela máquina, ou seja: é a subsunção real do trabalho ao capital.

No binômio taylorismo/fordismo a produção em massa destinada ao consumo também em massa e prioritariamente para o comércio interno, tem seus pilares fincados na racionalização das atividades do trabalhador que reduz o tempo de produção com a rotinização do trabalho, numa linha de montagem que organiza a produção em série ao ritmo da esteira. Em tal sistema observa-se uma nítida separação entre as funções administrativa e executiva, existindo trabalhadores que se especializam em *pensar* o produto antes de sua fabricação, ou seja, na fase da elaboração do projeto, e outros que executam as tarefas que darão forma real ao objeto.⁴

Conforme Ricardo Antunes (2000:38) numa parcela de países de capitalismo avançado, “junto com o processo de trabalho taylorista/fordista erigiu-se, particularmente durante o pós-guerra, um sistema de ‘compromisso’ e de ‘regulação’ que (...) ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser *efetiva, duradoura e definitivamente* controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado.” Na verdade, tal “compromisso”, segundo o autor, fora possível em vista do equilíbrio na relação de forças entre capital e trabalho e resultado da própria lógica do desenvolvimento do capitalismo anterior.

Os elementos mediadores deste “compromisso” apresentavam-se nas ações dos sindicatos e partidos políticos, representantes das classes trabalhadora e patronal,

³ Cf. David Harvey (1992:134) a data inicial simbólica do fordismo pode ser 1914, “quando Henry Ford introduziu o dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros (...) em Dearbon, Michigan.” E seu limite marcado pela aguda recessão de 1973.

⁴ Esta perspectiva entende o taylorismo e o fordismo como respostas - ao nível da produção - à crise estrutural do capitalismo do início do século XX, mais precisamente no pós-30, bem como o são - na atualidade - o toyotismo e suas variantes ocidentais, também pelos mesmos motivos.

tendo no Estado – entidade aparentemente neutra – as condições de arbitrar e regular a implementação do “compromisso”, favorável ao capital.

A proposta política e de ação sindical da social-democracia durante o fordismo, ao não por em pauta a ruptura com o modelo e a luta pelo socialismo, preenchia o estreito espaço destinado à *oposição consentida*. Os organismos de representação do movimento operário de expressão social-democrática, ao integrarem-se a este modelo, converteram-se “numa espécie de *engrenagem* do poder capitalista”, intermediando o conflito entre capital e trabalho, exigindo do Estado as “condições que garantissem e preservassem” a melhoria das “condições salariais, de trabalho e de seguridade social”. (ANTUNES, 2000:40)

Pensar a solução das mazelas do proletariado pela via do Estado, supostamente neutro, e na negociação com o capital limitada pelas bases do “compromisso”, levou a uma “concepção *estatista* no interior do movimento operário”, que apostava na permanência e expansão do Estado do bem estar social: Estado provedor da educação, da saúde, do lazer, ordenador da política salarial, etc. O modelo de sindicato social-democrático, ao privilegiar a negociação em detrimento da via direta, distanciou a direção sindical da base operária, tornando as direções em tipos de *negociadores profissionais*, o que aumentou a burocratização das entidades.

No final da década de 1960 e início do decênio de 70, motivado pelas próprias contradições do binômio fordismo/taylorismo – produção em massa e retração do consumo –, este modelo entrou em uma crise de proporção mundial, que levou os capitalistas centrais a reformularem os modelos de organização da produção e do processo de trabalho por um lado, e procurarem outras formas de investimento lucrativo, passando a investir com mais intensidade no capital financeiro.

Outra contradição do fordismo/taylorismo que levou à sua crise, conforme Ricardo Antunes (2000), foi a revolta do *operário-massa*. Ora, se a característica mais marcante da indústria fordista/taylorista era a perda da destreza manufateira anterior substituída pela parcelização do trabalho, desqualificação e repetição das atividades; ao concentrar um contingente expressivo de trabalhadores num mesmo ambiente – a linha de produção –, este modelo também possibilitou a configuração de uma unicidade operária e a emergência de “um *novo proletariado*, cuja forma de sociabilidade industrial, marcada pela *massificação*, ofereceu as bases para a construção de uma nova

identidade e de uma nova forma de consciência de classe”, adquirida pela segunda geração de trabalhadores no fordismo que já não se conformavam em *ter* apenas migalhas materiais em detrimento de sua condição de *ser* sujeito de suas ações, desrespeitando a burocracia operária e a hierarquia administrativa do local de trabalho, demonstrando, em alguns casos de ocupação de fábrica, que eles eram capazes de controlar diretamente os meios de produção, suplantando a necessidade do administrador e do patrão.

A crise do *welfare state* – do Estado provedor – e a revolta na base do *operário-massa* com suas ações diretas, afrontou a social-democracia que, ao menos desde o final da Primeira Grande Guerra, vinha apostando na reforma do capitalismo, refreando o movimento operário e esperando mais esmolas do capital.

Todo este processo teve seu epicentro nos países de capitalismo avançado mas atingiu também, em escalas diferenciadas, as nações periféricas. O Brasil, em vista de seu parque industrial relativamente desenvolvido, sentiu expressivos sinais do “compromisso” fordista e suas contradições. Singular em relação aos países centrais, mas semelhante a muitas nações do Terceiro Mundo, no Brasil dos anos 1960 e 1970 – em vista da ditadura civil-militar que reprimiu indiscriminadamente todos seus opositores, inclusive os germes da social-democracia – o movimento operário sofreu uma derrota logo no seu ensaio de liberdade pós-varguismo. Neste contexto, a margem de manobra do movimento operário, consentida ou não, era estreitamente delimitada pela força das armas.

Na primeira metade dos anos 70, também o Brasil sentiu a crise mundial, o que impôs aos generais – representantes dos interesses do capital nacional e estrangeiro – a necessidade de limitar as já escassas concessões à classe trabalhadora. Entretanto, a ditadura que de início tinha sua oposição mais notória expressa nos grupos guerrilheiros minoritários, a partir da segunda metade dos anos 70 e nos anos 80, passou a ser questionada por aqueles sujeitos que, contraditoriamente, pela política de industrialização e endividamento dos militares⁵, foram expulsos de suas regiões de origem e agrupados como mão de obra nas indústrias das grandes cidades.

⁵ Para o período de industrialização brasileira de 1930 a 1955, Wilson Cano (2007) denomina de “industrialização restringida” em oposição à noção cepalina de “processo de substituição de importações”. Para o período de 1956 a 1970, que compreende também os governos militares, quando “são implantadas as indústrias produtoras de bens de produção e de consumo durável”, o autor denomina de “industrialização pesada”.

Conforme Ricardo Antunes (2000:44), as ações do movimento operário de base, em todo o mundo capitalista, por mais que tenha questionado a hierarquização tanto da burocracia sindical social-democrata quanto da sociabilidade do capital, não conseguiu construir propostas alternativas que suplantassem o capitalismo ou ao menos fossem “capazes de se contrapor aos sindicatos e aos partidos tradicionais. As práticas auto-organizativas acabaram por se limitar ao plano microcósmino da empresa ou dos locais de trabalho, e não conseguiram criar mecanismos capazes de lhes dar longevidade.”

A terceira fase de acumulação do capital, denominada por François Chesnais (1996) de “mundialização do capital”, fora iniciada na década de 1980, marcadamente diferente dos dois períodos antecessores, especialmente no que se refere ao sentido, ao conteúdo e aos resultados da acumulação de capital.

Nesta última fase a esfera financeira – especialmente centralizada, anônima e ávida pela liquidez e rentabilidade imediata – tem influenciado como nunca antes os investimentos e a distribuição da riqueza produzida, isso em vista da sua junção ao capital industrial. Os Estados nacionais tentam, a todo custo, se apresentarem como mercados seguros para os investimentos financeiros e, na medida do possível, atrair o capital industrial. Para tanto, os Estados devem garantir a mesma segurança e liquidez para o investimento industrial: retorno rápido e garantido. É neste contexto que se colocam as novas formas de organização do trabalho, como o “toyotismo”: “Todas as virtudes atribuídas ao ‘toyotismo’ estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível”, (CHESNAIS, 1996, p.17). É a adaptação à lógica privada, não só do Estado, mas das relações sociais como um todo, especialmente a partir do trabalho.

Os Estados, principalmente os países periféricos, andam no fio da navalha e ao menor movimento que entre em desacordo com os ditames do mercado, um Estado pode deixar de ser “atraente”, o que significa perder investimentos. Nesta dinâmica, não é o Estado que atrai o capital, mas sim é o capital que incorpora, ou não, à sua órbita determinadas regiões do planeta. Para a continuidade dessa liberdade de escolha do capital, há a necessidade da existência dos Estados nacionais. São as fronteiras que possibilitam a hierarquização entre os países mercedores de investimento e aqueles não mercedores, configurando-se como que um *exército de reserva* à margem ou

precariedade inseridos: “O abismo que separa os países participantes, mesmo que marginalmente, da dominação econômica e política do capital monetário rentista, daqueles que sofrem essa dominação, alargou-se ainda mais” (CHESNAIS, 1996, p.19).

No plano industrial exige-se a adaptação às novas formas de organização da produção e neste sentido a globalização, ou mundialização do capital, deve ser entendida como um fenômeno microeconômico porque tem seus lastros nas relações sociais de produção que são, em última análise, materiais.

O capital inicia sua reação ao avanço operário e à crise econômica, já nos anos 1970, através de novos métodos organizacionais no interior da fábrica e na absorção das novas tecnologias de produção. Para formular esta nova fase, os ideólogos do capital foram buscar subsídios nas próprias experiências da classe trabalhadora que havia demonstrado, através de suas lutas pelo controle social da produção, que podia ocupar funções mais complexas do que os movimentos repetitivos da linha de produção de tipo fordista/taylorista. A figura do operário como “gorila adestrado” do taylorismo, aos poucos é substituída pela imagem do *sujeito* que pensa e *participa* das decisões no interior do seu local de trabalho.

A partir dos anos 70 a concentração operária da produção fordista em massa, vem sendo desmontada com o advento das inovações tecnológicas que permitem a diminuição do total de operários e mesmo rompendo a cooperação simples, ou seja, a comunicação sob um mesmo ambiente de diversos operários, separando-os como indivíduos. A desconcentração do espaço para permanência do monopólio de capital e a inovação tecnológica, foi um golpe no movimento operário que concebia sua organização no *operário massa*.

Também nos anos 70 o ocidente vai ao Japão, que estava em pleno crescimento, para buscar inovações do toyotismo a ser aplicado no fordismo/taylorismo que estava em crise. Configura-se uma fase híbrida em que o toyotismo ocidentalizado, incorpora-se à planta de produção fordista/taylorista. Resumidamente, o modelo japonês nasce tomando como caminho o experimento dos supermercados norte-americanos de estoque mínimo onde a demanda dita a produção; o trabalho deixa de ser parcelar e aplica-se a multifunção; a produção se estrutura com base na flexibilização do aparato produtivo, com um trabalhador operando mais de uma máquina; controle do tempo de produção com o sistema de *just in time*; a *empresa mãe* faz apenas o essencial, enquanto

o resto do produto é terceirizado (teoria do foco); redução do peso da administração e da chefia e transferência das decisões organizacionais para o *chão da fábrica*, valorizando o saber operário.

Este modelo tem implicações implícitas e, principalmente, explícitas na vida do trabalhador, dentro e fora da indústria: ao utilizar maior tecnologia, chegando à introduzir a robótica na linha de produção, diminui-se consideravelmente o número de trabalhadores, o que agrega mais valor à mercadoria por meio da exploração objetiva e relativa da mão de obra; com a terceirização, há uma desfragmentação da classe operária; a proposta toyotista tem um nível de alienação mais complexo ao fincar a idéia do trabalhador como *sujeito* – para o capital –, implicando a interiorização da disciplina industrial tornando-se, o trabalhador, um déspota de si mesmo e um fiscal da produção. Nesta perspectiva da alienação, o trabalho *improdutivo*, como por exemplo o controle de qualidade e a limpeza, é assimilado pelo trabalhador produtivo, dispensando-se aquele que executava o serviço *improdutivo*; transmite-se a imagem do trabalhador não como empregado, mas sim como parceiro e colaborador da empresa, o que exige dele dedicação, vigilância e empenho para o bom funcionamento da produção.⁶

O movimento operário de base, que vinha ressurgindo a contragosto da direção social-democrata, é diretamente atingido por essa avalanche de mudanças. Com a agravante da derrocada do Leste Europeu (no fim dos anos 1980 e início dos 90) e, em seu conjunto, das direções operárias que se espelhavam naquela realidade, o sindicalismo e os partidos de esquerda também sofreram derrotas e tiveram que reavaliar suas posições. Na ineficácia da esquerda revolucionária e minoritária em dar respostas que apontassem para a superação do capital, a social-democracia revigora-se em novas e, direitivas roupagens.

No Brasil, estes movimentos de ascensão e refração do trabalho em alguns momentos e do capital em outros, foi destoante em relação aos países centrais, mas, via de regra, tem atingido, hoje, os mesmos patamares, guardados as singularidades de nosso desenvolvimento industrial. O sindicalismo combativo brasileiro também não foi

⁶ A aparente liberdade do chão da fábrica mantém o estranhamento e a alienação. A personificação do trabalho apresenta-se como a personificação do capital, ou seja, a persona do trabalho que se pensa como persona do capital. Ver Ricardo Antunes (2000), particularmente o Cap. VIII, da polêmica entre Lukács e Habermas.

capaz de construir propostas alternativas ao capital, deixando espaço para a emergência das correntes social-democratas e mesmo de direita explícita, correntes que cada vez mais se aproximam em suas posições, especialmente em uma conjuntura de governo de frente-popular que atraiu, para a sua órbita, as lideranças sindicais.

A montagem de plantas industriais, na atualidade, parte já desta dinâmica. As indústrias, ao optarem por uma região sem tradição industrial, percebem as vantagens de contar com uma mão de obra que não carrega os resquícios do operário formado no período do novo sindicalismo. Por outro lado, os empreendimentos não podem contar com o saber do chão da fábrica, com a experiência do operário das regiões tradicionais na indústria. A solução encontrada para esse problema parece ser a implantação de linhas de produção que não exigem conhecimentos técnicos mais elaborados, bastando cursos simples e rápidos (oferecidos por órgãos governamentais e empresariais) para formação de mão de obra. A seguir, veremos como Três Lagoas se insere, historicamente, nesse movimento de capital e trabalho.

O “progresso” para o sertão

No início do século XX a locomotiva a vapor ainda era, no Brasil, símbolo da modernidade e do progresso que a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII na Inglaterra, espalhou para todo o mundo. Exemplo cabal da evolução da técnica por permitir o transporte de mercadorias e de passageiros por longos cursos e em larga escala, tinha-se um sentimento de que junto com a máquina viria a “civilização”, refletida na urbanização.

Particularmente para Três Lagoas essa expectativa se confirmou. De um acampamento de ferroviário estabelecido em 1909, transformou-se em entreposto comercial em 1913 com a inauguração da primeira estação ferroviária, para se tornar Vila de Três Lagoas em 1915, pertencente à comarca de Santana de Paranaíba, mas politicamente emancipada. A cidade nasceu do trabalho...

Quando o trem da Noroeste do Brasil passou a circular entre Bauru e Porto Esperança, no pantanal mato-grossense, Três Lagoas transformou-se em cidade dormitório e se desenvolveu com base no comércio: “Os conquistadores já não eram só os fazendeiros, mas também os negociantes. Com a Noroeste, além do transporte vieram

a construção da ponte sobre o rio Paraná, as casas importadoras e exportadoras e os órgãos burocráticos” (MENDONÇA, 1991:87). A modernidade que se esperava chegar com a ferrovia deveria se refletir na organização da urbe, daí o traçado da cidade planejada em ruas largas e retas a partir da estação ferroviária, com perspectivas futuras de um fluxo crescente de veículos e de pessoas. A técnica, corporificada na locomotiva, era o símbolo maior da modernidade que possibilitaria o advento do progresso corporificado no ordenamento da urbe. O trabalhador era, neste momento, convocado (aliciado em diversas regiões brasileiras e fora do país) a contribuir para o progresso na construção da ferrovia e depois na operação da mesma (MORATELLI, 2009). Pretendia-se que esses sujeitos estivessem subsumidos pela aura do progresso, cobertos pela fumaça do vapor. Em 1927, com a conclusão da ponte ferroviária sobre o rio Paraná, a dinâmica urbana se alterou. Houve uma evasão de trabalhadores em vista da desativação do canteiro de obras, repercutindo no decréscimo populacional e comercial, agravado em 1930 com o fim do pernoite do trem. Em 1915 a cidade contava com 9.044 habitantes e possuía 9 hotéis, em 1935 decresce para 6.034 habitantes, com 4 hotéis. Em 1950 o número de moradores ainda permanecia abaixo do índice de 1915. (CATTANIO, 1976)

Esses altos e baixos revelam as características de uma cidade dependente dos investimentos públicos em obras de grande vulto. Isso se repetiria futuramente quando da construção, na década de 1960, da Hidrelétrica de Jupia, no rio Paraná – um marco das grandes obras de infraestrutura energética do Brasil moderno – que favoreceu o dinamismo urbano em vista da migração de pessoas oriundas de diversas partes do país para constituir na cidade uma categoria profissional relevante na vida política local, os barrageiros e eletricitários. De 17.279 habitantes, em 1960, passa para 43.732, em 1970, um aumento de 128,7%.

No tempo presente, as obras industriais – investimento privado a partir de uma política pública de atração de indústrias – voltam a acelerar as mudanças urbanas e sociais do município ao alterar a base econômica e ao possibilitar a configuração de novos sujeitos a comporem o mundo do trabalho urbano. Em 1996, quando se intensifica a política de atração de indústrias para Três Lagoas, a população

correspondia a 74.430 pessoas; em 2010 chega a 101.722.⁷ A realidade atual, de certa forma, é a realização de um desejo de progresso que as elites políticas locais, ligadas à pecuária e ao comércio, historicamente esperaram. Um desejo que se renovava a cada momento em que se davam os investimentos em grandes obras.

Em meados da década de 1990, no auge do denominado neoliberalismo no Brasil, o governo municipal e órgãos representantes dos empresários de Três Lagoas passaram a discutir com maior ênfase a possibilidade de industrialização do município. As possibilidades se apresentavam mais reais quanto mais se tinha incentivos financeiros e fiscais oferecidos pelo município (doação de terras, isenção de imposto predial e territorial), pelo Estado (isenção de 67% do ICMS a pagar em um prazo de dez anos) e pela União (Fundo Constitucional do Centro-Oeste, por intermédio do Banco do Brasil, que concedia financiamento com juros facilitados e carência na construção do prédio e compra de maquinário).

O discurso empresarial e governamental sempre destacou a localização do município, na divisa com o Estado de São Paulo, bem como a infraestrutura energética (usinas hidrelétrica e termoeletrica) e de transporte (ferrovia, hidrovias e rodovias) como principais aspectos de atração de investimentos industriais. Os incentivos fiscais, via de regra, aparecem, nesse discurso, como algo subliminar e sempre insuficiente, algo ainda a ser conquistado ou ampliado via reforma tributária e trabalhista. No que se refere à mão de obra esta aparece, no discurso, quase sempre como algo a ser formado, daí a demanda – muitas vezes forjada pelo discurso – por cursos profissionalizantes. O trabalhador, neste sentido, é sempre insuficientemente formado, visão que oculta a questão do valor da mão de obra e a fragilidade da organização coletiva desses trabalhadores (aqui compreendidos como principais atrativos).

Talvez o que diferencia, significativamente, o discurso anterior de modernidade, quando da construção da ferrovia e da hidrelétrica, para o atual da industrialização, é o lugar que ocupa, neste discurso, o trabalhador.

No primeiro caso, para se justificar os investimentos na ferrovia e na hidrelétrica, o discurso se guiava pela questão da unidade nacional, pelo desenvolvimento da Nação: avançar a civilização rumo à fronteira oeste e dotar o país

⁷ Dados extraídos das estatísticas históricas do IBGE.

de infraestrutura energética para garantir o desenvolvimento industrial no centro-sul. O trabalhador era lembrado de forma ligeiramente distinta, para os contextos da construção da ferrovia e da hidrelétrica: para o primeiro (a ferrovia), seriam o degredado, o imigrante japonês, os aliciados no Paraguai e na Argentina, que empreenderiam um esforço de implementação de um agente civilizador (a locomotiva); para o segundo (a hidrelétrica), seriam os flagelados do nordeste que não somariam esforços para a construção da grande obra, um projeto nacional para resolver o gargalo do desenvolvimento industrial do centro-sul, a energia.

No segundo caso, o desemprego local e o atraso regional em relação aos centros “desenvolvidos” do país são colocados como justificativa para os esforços estatais de atração de indústrias, a partir da década de 1990. O trabalho (ou a falta deste), portanto, surge como fenômeno local já consumado. Não é mais um esforço nacional, mas sim regional e até local, de procurar uma saída para a economia estagnada. Para tal, idealiza-se o desenvolvimento industrial de São Paulo, busca se aproximar deste mercado como fornecedor de produtos industriais e, ao mesmo tempo, intensifica-se uma “guerra fiscal” contra o mesmo, com a adoção de incentivos que atraem empresas de São Paulo para a região.

Neste sentido Wilson Cano (2007:26) salienta que existem quatro mitos, no que se refere ao trato da questão regional e o desenvolvimento. Um, em particular, diz respeito diretamente ao conteúdo de nossa discussão sobre a industrialização recente em Três Lagoas: “o mito de tomar como paradigma do ‘desenvolvimento’ as regiões industrializadas como São Paulo, e advogar, para as regiões mais pobres do país, uma política de industrialização como meio de eliminar o atraso, as disparidades, o desemprego e o subemprego. A industrialização seria, enfim, o mecanismo redentor do sofrimento regional.”

Os dados colhidos e analisados na pesquisa, a partir de questionários aplicados aos trabalhadores industriais de Três Lagoas, referendam essa assertiva de Wilson Cano, ao mesmo tempo em que demonstram os dilemas do trabalhador diante das novas formas de organização da produção.

Conclusão quantitativa e qualitativa

O grupo de pesquisa sobre a “Industrialização recente e relações de trabalho em Três Lagoas-MS” aplicou, no ano de 2010, questionários quantitativos para 56 trabalhadores dos ramos alimentício, calçadista e têxtil. Os dados daí extraídos foram cruzados com as informações coletadas em 42 questionários semelhantes, aplicados em 2005, o que permitiu perceber as tendências em um espaço de tempo de cinco anos.

Ao comparar o salário médio dos trabalhadores, nos dois períodos, percebe-se que houve redução da média salarial no fim do período (2010), com 40 trabalhadores (de 56 abordados) recebendo em média um salário mínimo, enquanto no início do período (2005) 30 trabalhadores (de 42 abordados) recebiam dois salários mínimos em média. Isso demonstra que embora o número de emprego na indústria tenha crescido no período, o salário mínimo continua como a alavanca do processo de industrialização.

Uma aparente contradição surge quando abordamos as condições de vida do trabalhador, objetivada nos bens de consumo. Há um aumento significativo de praticamente todos os aparelhos de uso doméstico, como: computador, acesso a internet, telefone, freezer, chuveiro elétrico, máquina de lavar roupas e televisor. Embora pareça que os trabalhadores tenham a possibilidade de maior poder de compra, o que parece haver é uma maior oferta de produtos, principalmente eletrônicos, que vem se difundindo neste período recente, facilitados pelas linhas de crédito, financiamentos e outros mecanismos de oferta de capital. A oferta destes produtos, todavia, não tem relação direta com a industrialização local, pois os produtos fabricados em Três Lagoas são destinados para outros centros e são comercializados na cidade como bens importados. Os preços desses produtos, inclusive, não se diferem de outras cidades não industrializadas do Estado de Mato Grosso do Sul. Não há, neste sentido, um processo de “substituição de importação inter-regional”.

Em uma rápida comparação com Corumbá – na fronteira Oeste, cidade de porte semelhante, mas que não tem os atrativos que o discurso local prega para o caso de Três Lagoas (proximidade com o Sudeste, vias de transporte e energia abundante) – permite verificar que a industrialização não gera, por si só, melhoria da renda. Nas estatísticas do IBGE de 2008, relacionadas a pessoal ocupado formalmente em diversos ramos de empresas e média salarial, Corumbá aparece com 15.188 pessoas ocupadas em

1.780 empresas e Três Lagoas com 25.493 trabalhadores em 2.500 empresas. O salário médio mensal estava em 2.7 salários mínimos em Três Lagoas e 3.10 em Corumbá.

Pode-se deduzir que o salário industrial pago em Três Lagoas (cerca de um salário mínimo) acaba puxando a média para baixo, quando comparada com uma cidade que tem outros setores, que não o industrial, como principais empregadores.

Ao analisar a formação profissional percebe-se uma queda na taxa de qualificação da mão de obra no período. Em 2005 exatamente a metade dos trabalhadores abordados disseram que tinham realizado cursos de formação profissional para ingressar na indústria. Em 2010 há uma mudança significativa, com 71% afirmando não possuir curso de formação e 29% respondendo que fizeram curso para ingresso. Isso pode representar algumas hipóteses: primeiro, em relação ao ano de 2005, ainda era uma fase de consolidação das indústrias dos ramos têxtil, alimentício e calçadista, carentes de mão de obra qualificada para alimentar a linha de produção; segundo, em relação a 2010, a mão de obra é formada dentro da empresa, sendo que grande parte dos trabalhadores já passaram por mais de um emprego industrial.

Por fim, o Produto Interno Bruto local, em 2008, também questiona o discurso desenvolvimentista como gerador de recursos para a cidade como um todo. O desempenho do PIB de Três Lagoas se aproxima da realidade brasileira e se distancia da realidade do Mato Grosso do Sul, no que diz respeito ao incremento industrial e de serviços em detrimento da agropecuária: agropecuária com R\$114.171 mil, indústria com R\$491.973 mil e serviços com R\$710.982 mil reais. Todavia, fica atrás de Corumbá (com população semelhante), além de Dourados e Campo Grande.

A pesquisa, a ser finalizada em julho de 2011, ainda levantou diversos outros dados estatísticos que confirmam as hipóteses de precarização das relações de trabalho e de baixos índices de condições de vida dos operários na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

ANTUNES, Ricardo. “Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil”. In ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria A. Soares (orgs). *O Averso do Trabalho*. 1º edição. São Paulo: expressão Popular, 2004

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)*. São Paulo: Editora UNESP, 2007

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000

MENDONÇA, Nadir Domingues. *A (des)construção das (des)ordens: poder e violência em Três Lagoas, 1915-1945*. (Tese de Doutorado em História) São Paulo: FFLCH-USP, 1991

MORATELLI, Thiago. *Os trabalhadores da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil, experiências operárias de um sistema de grande empreitada (São Paulo e Mato Grosso, 1905-1914)*. Campinas. IFCH/ UNICAMP, 2009. (dissertação de mestrado).

CATTANIO, Maria Bernadeth. *A dinâmica urbana e a estruturação de Três Lagoas*. Bauru. FFCH/Sagrado Coração de Jesus, 1976 (Dissertação de Mestrado).